

- proporção da energia nuclear no total e negativa com:
- CO<sub>2</sub> por unidade de GDP
- proporção de hidrocarbonetos em energia
- reservas de hidrocarbonetos

Em outras palavras, quanto maior o nível de desenvolvimento de um país, maior o consumo per capita de energia e, por conseguinte, maior sua emissão de CO<sub>2</sub>, *embora* produza sua energia mais eficientemente em termos de GHG.

O segundo eixo ilustra o critério de "limpeza" da produção, opondo o uso eficiente, em termos de GHG, da eletricidade no topo e o uso poluidor dos GHG na base. Combinando estes dois eixos, surge uma hierarquia "virtuosa", que vai do ponto superior à esquerda até a base à direita. Os "GHG virtuosos" são, em primeiro lugar, Suíça, Suécia, França; depois outros BCL países escandinavos, Canadá, Bélgica; depois Alemanha e Japão; depois EUA e Reino Unido, Espanha.

O terceiro eixo na análise dos componentes isola a poluição em grande escala nos países com "fronteiras abertas" (EUA, URSS, China e Brasil), em oposição a todos os outros, incluindo Bangladesh<sup>14</sup>.

De uma forma bastante expressiva, esta tabela isola, no "Nordeste" (sociológico) do mundo, países ricos e ao mesmo tempo eficientes, em termos de GHG, na produção de sua energia: os "super-virtuosos" da Área Européia de Comércio Livre e os "virtuosos" Japão e CEE (com a exceção do Reino Unido e da Espanha). Estes países estão aptos para implementar o princípio de precaução: detêm ou podem obter tecnologias e já estão em um nível bastante baixo (porém insustentável) de emissões.

<sup>14</sup> O critério da "fronteira aberta" foi introduzido como um fator explicativo no debate com Banuri, 1992.

Em contrapartida, os EUA estão plotados no Sudoeste da tabela, ao lado dos desperdiçadores de energia fóssil: os países ex-socialistas, África do Sul e China. Neste países, assim como nas Petro-Monarquias, bem-estar é correlacionado com desperdício de GHG. Estes países estão a favor do que BCL chamam de: a estratégia do bloqueio. George Bush, com a observação "nosso estilo de vida não está em negociação", ilustra esta posição.

Muito diferentes em sua aparência são os países a Sudeste dos países do Noroeste ("virtuosos" em termos de GHG): Índia, Brasil, México, China e Malásia. Estes países são ainda muito pobres para serem perigosos ou eficientes em termos de GHG. Entretanto, estes países sonham, evidentemente, em ser tão "desenvolvidos" quanto os Países do Oeste, e consideram que, até o momento, estes precursores nunca implementaram qualquer princípio de precaução. Estes países foram empurrados para uma *estratégia de acusação*: denunciando a responsabilidade do Noroeste *no passado* para a concentração de GHG na atmosfera, tal estratégia implica que *ainda não é* tempo para implementar um princípio de precaução nos países em desenvolvimento.

## 2º) As posições concretas no debate.

Cruzando os dois critérios (vantagens do "fazer algo" expostas na seção III, e os custos do "fazer algo" analisados acima), o Conflito Norte/Sul aparece muito mais complexo.

Ao longo dos dois critérios, a posição dos EUA é claramente a favor do "não fazer nada": os perigos do efeito estufa são mínimos e os custos de combatê-lo podem ser muito elevados, mesmo que a baixa eficiência, em termos de GHG, da sua produção de energia barateasse enormemente as pequenas melhorias (como para os países ex-socialistas). O problema é que, do ponto de vista de uma *sustentabilidade global*, as melhorias requeridas pelos Estados Unidos estão longe de ser insignificantes.

Faz-se mister, aqui, antecipar o que seria um critério de "sustentabilidade global". O desenvolvimento do mundo seria sustentável em termos de GHG, se a quantidade total de emissões antrópicas de GHG fossem iguais à capacidade global de "queda" do GHG<sup>15</sup>. Tomando-se uma população mundial de 10 bilhões de pessoas (em 2040), a quantidade sustentável média de emissões seria de 500 kg de carbono per capita. Atualmente, a produção dos EUA é dez vezes superior a isto! Portanto, é perfeitamente compreensível que o interesse "próprio" dos EUA seja uma estratégia de bloqueio (não fazer nada).

A radical estratégia de *acusação* parece ser o oposto, e realmente seu *glamour* num conflito Norte/Sul é muito atrativo: "Vocês são os culpados e têm que fazer alguma coisa". O problema é que esta é da mesma forma uma estratégia de bloqueio, dado que está subordinada à implementação de uma estratégia de precaução pelos outros países favoráveis ao bloqueio. É como apelar para as elites que sonham em imitar o modelo norte-americano de desenvolvimento (um capitalismo selvagem em um país com fronteira aberta) e que não estão muito preocupadas com as consequências do efeito estufa sobre suas populações. Aqui, é importante notar que uma negociação internacional envolve *governos*, ou seja, elites, e não o povo. A posição de um governo pode ser totalmente diferente dos interesses de seu povo, caso o regime político seja bem independente antes da sociedade civil.

A Malásia ilustra muito bem este critério. O Premier Mohamad Mohaytir não hesitou em colocar no *Fórum da Sociedade Asiática* em 1991: "*Democracia, direitos humanos, ecologia e direitos sindicais são*

<sup>15</sup> No presente, o poder de absorção da "queda" é mais ou menos igual à metade das emissões antrópicas de CO<sub>2</sub>. Contudo, pode-se argumentar que a eficiência da queda seria dependente do crescimento da concentração de CO<sub>2</sub> na atmosfera, de acordo com alguns princípios de retroação à la Le Chatelier.

*obstáculos que os países avançados tentam colocar no caminho de seus futuros competidores*".

Desta forma, existem de fato duas formas de "posições de não fazer nada": a do Norte (combater o efeito estufa é muito caro e inútil para nós) e a do Sul (combater o efeito estufa iria prejudicar injustamente nosso desenvolvimento, e as consequências de um aquecimento global são irrelevantes para nós).

Entretanto, nossa discussão aponta para duas classes de potenciais seguidores de uma estratégia de precaução. A primeira inclui as nações com sérias razões para acreditar que seriam as primeiras vítimas do aquecimento global: Bangladesh, Maldivas, Índia, África e América do Sul. Quando, além disso, estes países são ao mesmo tempo baixos produtores de GHG (muito menos do que os "sustentáveis" 500 kg/capita) e totalmente ineficientes em termos de GHG, eles podem defender que têm ainda uma grande margem no desenvolvimento global sustentável em termos de GHG: a sua contribuição para a produção mundial de GHG pode aumentar por enquanto, sem constituir um problema real, e o seu desenvolvimento efetivo irá contribuir para uma maior eficiência em termos de GHG na produção de energia.

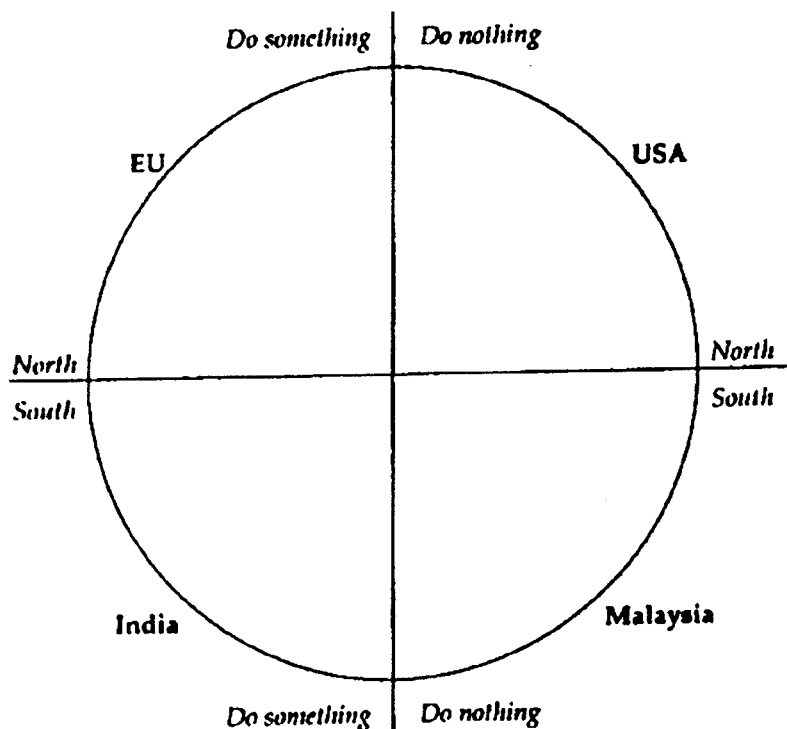
Simetricamente, constata-se a existência de países no Norte que podem pensar em aumentar sua eficiência em termos de GHG mais rapidamente do que sua produção de energia (EFTA, França). Produzindo menos do que duas toneladas per capita e evoluindo para uma "sociedade de serviços" com uma população estável, estes países podem colocar a meta de 500 kg entre seus objetivos. Quando, além disso, estes países são particularmente sensíveis a suas responsabilidades de liderança *vis-à-vis* aos países do Sul, ou aos perigos advindos de desordens demográficas e ecológicas em suas fronteiras ao sul, eles podem chegar à conclusão de que uma estratégia de precaução é relativamente barata e realmente útil.

Os países da CEE são os exemplos mais representativos desta posição. Além disso, a militância ecológica interna começa a formar suas políticas.

Têm-se, de fato, dois tipos de posição "fazer algo": a do Sul (precisamos combater o efeito estufa e poderíamos chegar lá com alguma ajuda do Norte) e a do Norte (nós temos a capacidade de combater o efeito estufa, é nosso interesse oferecê-la ao mundo).

Assim, a divisa Norte/Sul é cruzada por uma outra divisa: fazer algo/não fazer nada.

Figura 3: Gráfico de posições



## O que deve ser feito?

Nos anos que precederam a ECO-92, posições de bloqueio podiam manifestar-se cada vez menos de maneira simples. Pelo contrário, os anos 1990-92 foram pontuados por conferências, relatórios de IPCC, livros, programas de televisão e mobilizações de ecologistas, reafirmando a necessidade premente de se "fazer algo". Cada vez menos o debate girava em torno de "deveríamos fazer algo", e mais e mais em torno de "é tão urgente fazer algo?; e quem deveria arcar com a maior parte do ônus?"

O debate em torno da divisão do ônus seguiu dois rumos entrelaçados: o debate técnico sobre as fontes das emissões de GHG e um debate de políticas sobre as metas e os instrumentos. O entrelaçamento é tão forte que seria contraproduutivo isolar seus dois aspectos: de fato, o debate sobre as fontes ("quem é culpado?") era um debate sobre as metas ("quem tem que reduzir suas emissões?").

### 1º) A controvérsia WRI-CSE

Esta controvérsia tornou-se bastante clara quando, em 1991, nos tempos da segunda conferência preparatória para a RIO-92 (e da segunda guerra do Golfo<sup>16</sup>), Anil Agarwal e Sunita Nerain, do Centro de Ciências e Meio Ambiente [CSE] (Nova Delhi), lançaram a sua polêmica sobre o relatório aparentemente técnico de 1990-1991 do Instituto de Recursos Mundiais (WRI<sup>17</sup>), uma assessoria independente localizada em Washington e ligada à administração dos EUA. Até aquele momento levantavam-se poucas questões sobre a responsabilidade absoluta das emissões de CO<sub>2</sub>

<sup>16</sup> O contexto da segunda guerra do Golfo foi certamente de grande importância para o debate pré-Rio sobre "ordem ecológica", desde que "a nova ordem internacional" apareceu como uma ordem de "padrão duplo" (Lipietz, 1992b, Postscript).

<sup>17</sup> Center for Science and Environment (n.d.t.).

<sup>18</sup> World Resources Institute (n.d.t.)

dos países industrializados que contribuíam para o recrudescimento do efeito estufa. O Relatório do WRI (1990) trouxe dois novos elementos à discussão:

- Primeiramente, ele tenta fazer uma avaliação *abrangente* de todas as emissões de GHG, incluindo o CO<sub>2</sub> emitido pelo desmatamento (especialmente espetacular no Brasil em 1987, ano no qual se baseia o relatório) e sobretudo o metano, um subproduto da fermentação da matéria orgânica nos ruminantes. O gás metano é mais perigoso do que o CO<sub>2</sub>: cada molécula de metano (CH<sub>4</sub>) tem 40 vezes mais efeito do que uma molécula de CO<sub>2</sub> na captura dos raios infra-vermelhos<sup>17</sup>. Através de tais índices de conversão, o WRI foi capaz de avaliar a produção *bruta* de GHG por país.
- Em segundo lugar, o relatório levou em conta o fato de que o fluxo bruto de emissões de GHG na atmosfera não é igual à mudança de seu estoque na atmosfera. Os oceanos e a terra reabsorvem algo em torno da metade disso. Esta queda natural constitui o real "bem comum". dado pela natureza à espécie humana. O relatório WRI distribuiu estas quedas pelos países, proporcionalmente a suas emissões brutas: portanto, ele fornece as emissões *líquidas* por país.

O resultado é inesperado. A contribuição do Sul é quase idêntica à do Norte (que incluía, naquele tempo, os países socialistas). O maiores poluidores eram: EUA, URSS, Brasil, China, Índia ...

O relatório WRI foi importante. Abstraindo-se tanto argumentos quanto detalhes, ele forneceu uma primeira visão geral de todas as emissões de GHG e chamou a atenção para outros gases além do CO<sub>2</sub>. E identificou claramente *as quedas*, e não a atmosfera, como o bem comum

<sup>17</sup> CFC e outros halons são mil vezes mais perigosos, porém se encontram sob outro acordo internacional.

que deveria ser "cercado", repartido e regulamentado para a segurança da humanidade.

No entanto, fazendo isto, o relatório incorreu em dois erros graves, de um ponto de vista teórico, com implicações muito importantes para o estabelecimento de políticas.

- Os gases não são todos sujeitos igualmente ao "princípio da precaução". O CO<sub>2</sub> permanece na atmosfera entre 50 e 150 anos. Assim, a concentração de CO<sub>2</sub> em 2050 dependerá da soma das emissões por mais de um século. Em contrapartida, o metano é muito instável e permanece na atmosfera aproximadamente três anos. O controle do ciclo do metano pode esperar. Se uma "abordagem abrangente" implica, enquanto meta, uma redução de todos os GHG, o princípio de precaução implica apenas a redução do CO<sub>2</sub>.
- A distribuição das quedas de acordo com a emissão bruta implica uma forma peculiar de "fechamento" (ou habilitação): esta se dá de acordo com a contribuição adquirida da poluição global. Visto que estamos no limiar de um processo de habilitação ou dotação *à la* Rawls, é natural que uma tal posição esteja longe de ser justa: aos mais pobres, menos desenvolvidos, menos responsáveis pela poluição atual e aos que mais provavelmente aumentarão sua população, são oferecidas as mínimas possibilidades de aumentar suas emissões!

A réplica de Agarwal e Nerain (1991) foi devastadora e enfocou principalmente o segundo ponto.

Antes de mais nada, o CSE criticou os dados do WRI: o ano de 1987 foi excepcional para as queimadas na Amazônia e as emissões de metano pelos rebanhos do Sul foi superestimada, etc. Entretanto, sendo incapaz de propor uma nova base quantitativa para a discussão, o CSE centrou fogo sobre os dois pontos metodológicos do WRI. A abordagem abrangente é rejeitada com base em um argumento ético: a produção de metano (na produção de alimentos) é uma necessidade; já a produção de

CO<sub>2</sub> (na indústria ou no tráfego de veículos) é um luxo. Naturalmente, tal crítica é mais apelativa no confronto Norte/Sul, quando "Sul" significa países menos desenvolvidos\* (e não novos países industrializados\*) e seus camponeses (e não suas elites...).

Mais construtivamente, o CSE opôs-se à distribuição feita pelo WRI dos bens comuns (a queda do CO<sub>2</sub>) entre as nações. Argumentando que todos os seres humanos nascem com direitos iguais, o CSE propõe uma distribuição igualitária, ou seja, uma dotação inicial entre os países proporcional a sua população atual. A estrutura de "emissões líquidas" muda completamente, dando lugar ao esquema da "divisão do ônus".

Esta poderosa proposta foi extremamente bem-vinda nas negociações internacionais. Rapidamente se tornou uma posição unificadora das ONGs do Sul ligadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento nas discussões preparatórias para a ECO-92. Nos encontros Norte/Sul entre as ONGs (nas Com. Prep. III e IV e na conferência Ya Wananchi de dezembro de 1991 em Paris), esta posição tornou-se hegemônica, influenciando também os governos do sul da Ásia (Índia, Paquistão e Bangladesh), que confiaram em tais ONGs, como uma União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), aquando da elaboração de seus relatórios nacionais para a UNCED. Estas posições mais oficiais basearam-se freqüentemente, no trabalho de cunho mais acadêmico de Grubb (1990) em favor do princípio das cotas-permissão transferíveis. Conseqüentemente, tal se tornou a posição unificadora da Índia e de todo o grupo dos "77", da China e da UNCTAD. As vantagens desta proposta são realmente expressivas.

- As cotas-permissão são distribuídas de acordo com a população do ano base. Portanto, trata-se de um incentivo ao controle de natalidade de cada país.

\* LDC e NIC, respectivamente, no original em inglês (n. d. t.).

- Os países do Norte é que apresentam níveis de emissões acima do permitido. Este excesso deveria ser taxado, visando financiar as tecnologias GHG-eficientes.
- Países com emissões em excesso poderiam também *comprar* cotas de países que ainda não preencheram as suas. Todos estes países se encontram no Sul. Assim, mesmo dispondo de cotas não preenchidas, a economia das emissões seria lucrativa para os países do Sul. Em troca, o preço das cotas poderia financiar o desenvolvimento sustentável do Sul.

Não discutiremos aqui a economia das cotas-permissão transferíveis. De fato, dada a primeira dotação, o mercado de cotas transferíveis seria muito semelhante ao mercado de petróleo<sup>18</sup>. O mundo poderia experimentar uma situação de "peonagem da atmosfera" (com os países do Sul vendendo suas cotas para respirar, a um preço muito baixo, visando pagar seus débitos), ou, pelo contrário, a constituição de um mercado fortemente oligopolizado controlado pela "Arábia Saudita das cotas-permissão": Índia e China. Até o presente, tudo isto não passa de uma fantasia econômica, uma vez que, obviamente, na ECO-92, a humanidade não estava pronta para um processo de fechamento tão sofisticado.

## 2º) O debate sobre a ecotaxa.

A distribuição de cotas entre as nações e a fixação das metas coletivas para o desenvolvimento GHG-sustentável é ainda insuficiente. Resta a questão de como os Estados poderiam induzir suas populações a restringir suas emissões?

<sup>18</sup> Na verdade, há uma diferença: o nível da taxa constitui um limite superior para os preços das cotas transferíveis, a partir do qual muitos países prefeririam pagar o tributo em vez de comprar as cotas.

Adentra-se aqui o debate "política de metas vs política de instrumentos". As políticas apresentadas nos parágrafos anteriores eram de *metas*: a distribuição das cotas preconizada pelo CSE fixa uma quantia-meta para cada nação. Já a advinda do WRI implica em uma meta geral e comum a uma taxa em declínio. No entanto, a proposta do CSE inclui também *instrumentos*: um mercado de cotas-permissão, uma tributação (uma ecotaxa mundial) sobre o excesso. Esta era precisamente sua fraqueza construtivista: a negociação e, ainda pior, a implementação dos instrumentos implica em que a capacidade de controle e regulamentação seja dada a algum organismo internacional. A real capacidade técnica de medir as emissões efetivas de país para país é questionável. Um organismo que pudesse organizar o mercado e implementar e redistribuir a tributação teria que ser um verdadeiro governo mundial ...

Ao contrário, o "princípio da subsidiariedade" parece ser mais fácil de implementar: uma vez estando a comunidade mundial de acordo sobre uma meta (diferenciada ou não de acordo com os países), seria responsabilidade dos Estados nacionais escolher seus próprios instrumentos.

Se aceitamos esta partilha da subsidiariedade, parece que uma política de metas, mitigada possivelmente através de instrumentos de permissões transferíveis, é mais apropriada a nível internacional (porque os agentes - os Estados - são talhados para negociar sobre normas e quantidades e em número suficientemente reduzido para organizar um mercado de permissões). Ao contrário, instrumentos de tributação são mais apropriados a nível nacional, porque aqui os agentes - firmas e consumidores - são tão heterogêneos a ponto de impedir a organização de um mercado e tão numerosos que nenhum mecanismo de controle sobre as emissões reais poderia ser criado<sup>19</sup>. Mas, as coisas não são tão simples.

<sup>19</sup> Sobre a questão das taxas vs permissões transferíveis, v. Hourcade e Baron (1992) e Godard (1992).

Por um lado, em uma economia globalizada, uma política de instrumentos não pode e não deveria estar sob a soberania arbitrária dos governos. Nem normas, nem ecotaxas e sequer os subsídios são neutros em relação à competitividade. Ou obstruem a competitividade e são rejeitados pelos lobbies internos dos negócios, ou promovem a competitividade e estão sujeitos às disputas do GATT. Mais precisamente, a rodada do Uruguai, orientada para o mercado, foi negociada paralelamente à Conferência do Rio.

Por outro lado, as políticas de instrumentos podem ser negociadas a nível internacional *sem* um acordo sobre metas, ignorando quais seriam estas ou o quão distanciado delas um país está<sup>1</sup>. As políticas de instrumentos parecem de acordo com o princípio de precaução: não sabemos se são realmente necessárias e suficientes, porém se (mais tarde) se revelarem ter sido necessárias (suficientemente ou não), então foi um passo na direção certa; se parecerem ter sido desnecessárias, terão sido úteis de alguma outra forma (este último argumento indica a possibilidade das estratégias do "*não arrependimento*").

Portanto, a diplomacia concreta assumirá provavelmente a forma de uma política mista de metas e instrumentos a nível nacional e internacional. Para um único país ou um grupo de países, a capacidade de liderança consiste em propor um dado regime internacional, ao mesmo tempo apropriado às suas próprias políticas internas e aceitável pelos outros países em nome de um interesse comum. O "new Deal" de Roosevelt (entre capital e trabalho) foi a expressão deste tipo de "hegemonia": foi um "grande compromisso" interno e um modelo para todas as nações, promovido pela vitória sobre o nazismo e pelos planos Marshall e Mac Arthur (Lipietz, 1992b).

<sup>1</sup> No mundo perfeito do Equilíbrio Geral, há uma dualidade entre instrumento e meta, como é indicado na curva de Nordhaus, fig. 1.

O único esforço concreto visando alcançar a hegemonia no processo da UNCED partiu da CEE. A ambição rooseveltiana da CEE (chamada "o imperativo do meio ambiente") foi claramente expressa no *relatório da CEE para a UNCED*. Este desafio foi apresentado em um relatório do DG XI (o "Ministério do Meio Ambiente" da CEE) para a Comissão (o governo da CEE). O mesmo foi adotado mais tarde pela própria comissão e então apresentado como uma *Comunicação ao Conselho Europeu* (o "legislativo" da CEE).

*"Com a conclusão do mercado interno, a Comunidade Européia será o maior parceiro econômico/comercial do mundo com potencial para exercer um nível importante de influência e autoridade moral, econômica e política. Como tal, tem a obrigação para com a geração atual e futuras de colocar sua própria casa em ordem e assegurar uma liderança e um exemplo para os países desenvolvidos e em desenvolvimento, tanto em relação à proteção do meio ambiente quanto ao uso sustentável dos recursos naturais (...) A boa vontade da comunidade em cumprir suas responsabilidades proporciona uma importante oportunidade para preencher um vazio nas políticas das relações externas globais e um papel catalítico frente à Convenção Global sobre o Clima a ser adotada no encontro de cúpula da UNCED em junho de 1992".*

Concretamente, a proposta tem muitas faces.

1. Rejeitando a "abordagem abrangente" da Administração dos EUA, o relatório enfoca a questão do dióxido de carbono.

<sup>2</sup> "Estratégias da Comunidade para limitar as emissões de dióxido de carbono e para aumentar a eficiência energética". Comunicação da Comissão para o Conselho, SEC(91) 1744 final, Bruxelas, 14 de outubro de 1991, mimeo. (O Conselho é a assembléia dos governos membros da CEE, a qual atua como um corpo legislativo para a Comunidade Européia).

2. Os países desenvolvidos comprometer-se-iam a reverter o crescimento das emissões de CO<sub>2</sub>, de forma que o nível do ano 2000 seja igual ao de 1990.
3. Os países em desenvolvimento estariam livres para aumentar suas emissões de CO<sub>2</sub> de acordo com seu crescimento, desde que se comprometessem a aumentar sua eficiência energética e seus CO<sub>2</sub>.
4. Para alcançar estes objetivos, os países desenvolvidos introduziriam um ecotaxa sobre a energia de carbono. Esta ecotaxa seria cobrada a nível nacional e neutra em relação ao orçamento (compensada pela redução de outras taxas). No entanto, o nível da taxa seria coordenado internacionalmente e alcançaria progressivamente o nível de US\$ 10 por equivalente em barril de petróleo.
5. A taxa seria diferenciada de acordo com a eficiência em CO<sub>2</sub> do sistema energético: US\$5 para qualquer forma de energia (incluindo as não emissoras de CO<sub>2</sub>: nuclear e hidráulica), mais uma quantia dependente das emissões de CO<sub>2</sub>: menor para o gás natural do que para o petróleo, maior para o carvão.
6. Além disto, seriam subsidiadas as pesquisas para desenvolver tecnologias eficientes em CO<sub>2</sub>.
7. Transferências tecnológicas e financeiras muito ajudariam o Sul.

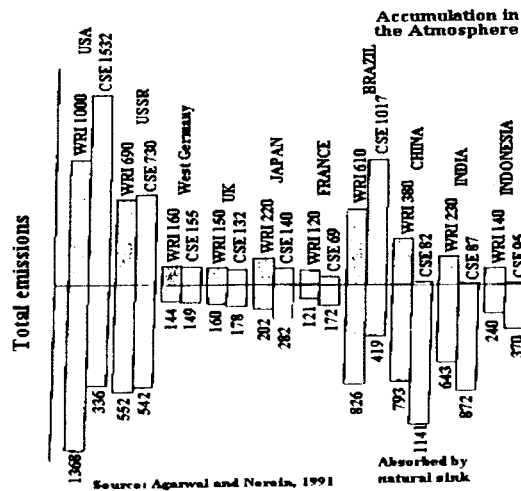
Os três primeiros pontos representam o "objetivo" do conjunto. Eles são compatíveis com as objeções do Sul a uma implementação prematura do princípio de precaução (e assim atingem o objetivo de Agarwal, mesmo que por outros meios).

Os últimos quatro pontos representam um conjunto de "instrumentos". O nível da taxa no ano 2000 parece estar aproximadamente de acordo com as metas de emissão, considerando o nível de crescimento do PIB e a relação preço-emissão da curva de Nordhaus. A neutralidade orçamentária estava em sintonia com as tendências anti-taxas do final dos anos oitenta, a unicidade dos índices da

taxa nos países industrializados, em sintonia com o espírito da rodada do Uruguai (admitindo-se que os países menos desenvolvidos merecem um privilégio) e a escolha de uma taxa como instrumento é provavelmente a mais efetiva do ponto de vista do custo. Além disso, o nível proposto para as taxas proporciona um incentivo real para os agentes econômicos, na medida em que se constatou que diferenças reais no preço têm sérios efeitos sobre as emissões de CO<sub>2</sub>.

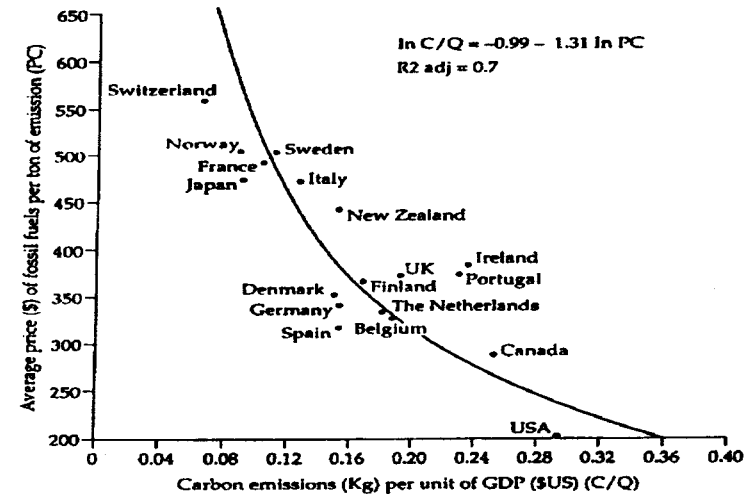
O ponto 5 reflete o medo de que um abandono das fontes de energia fóssil aumentasse a geração de energia nuclear<sup>3</sup>. Além disso, este ponto induz um salto da energia fóssil para outras fontes de energia mais limpas. Os pontos 6 e 7 levam em conta a importância dada ao aumento autônomo de eficiência energética, especialmente no Sul (Goldenberg et al., 1987).

Figura 4: a avaliação WRI/CSE



<sup>3</sup> Pode também refletir um compromisso entre a Alemanha (baseada principalmente no carvão para a produção de sua energia) e a França (baseada fortemente em usinas nucleares). No entanto, o encontro de cúpula franco-alemã de 29-30 de maio de 1991 entrou em acordo sobre uma taxa sobre o CO<sub>2</sub> puro.

Figura 5: A correlação entre preço da energia e CO<sub>2</sub>



Source: Godard, 1992

### Para não concluir

Em suma, a Comunicação da Comissão Europeia para o Conselho representava provavelmente o compromisso mais facilmente alcançável entre o Norte e o Sul, surgido cerca de um ano antes da ECO-92. Mais precisamente, este compromisso implicava em uma aliança entre o "faça alguma coisa - do grupo das nações do Norte" e o "faça alguma coisa - do grupo das do Sul", entre a Europa Ocidental e o Sul da Ásia. Contudo, este compromisso fracassou.

O fracasso aconteceu, primeiramente, porque este compromisso expressa um regime hegemônico ainda bastante controverso. De fato, ele expressa a superioridade ecológica do paradigma técnico do Japão e do norte europeu (Alemanha e países escandinavos), ou seja, o Noroeste da



tabela de BCL (figura 2)<sup>4</sup>. Entretanto, esta superioridade ainda não é suficiente para resultar em um liderança política imposta aos Estados Unidos, que poderia ser o perdedor deste compromisso.

Talvez uma iniciativa euro-japonesa para a implementação de uma ecotaxa tenha obrigado os EUA a enfrentar o desafio. Mas, outro motivo para o fracasso foi a fraqueza interna dos países candidatos à liderança: a Comunidade Européia. De fato, a CEE é constituída por um "núcleo" com compromissos sociais e ecológicos avançados (o Norte do continente) e por uma periferia junto ao Atlântico e ao Mediterrâneo, com relações capital/trabalho "flexíveis" e regulamentações ambientais precárias (Lipietz, 1992a). Somente o peso demográfico do núcleo poderia impor uma ecotaxa à periferia. No entanto, em dezembro de 1993 a conferência de Maastricht propôs uma reforma na constituição europeia, incrementando a concorrência na Europa, submetendo, porém, a regulamentação social e ecológica às regras de unanimidade entre governos. Portanto, a cada governo isolado foi dado o direito de vetar a ecotaxa. Enquanto alguns países do Norte europeu (na CEE e na EFTA) já haviam se engajado em uma implementação unilateral da taxa sobre a CO<sub>2</sub> - energia, o Reino Unido e a Espanha não esconderam seus propósitos de praticar um "dumping" ecológico (e social).

Em suma, a ecotaxa sobre a energia carbônica foi a primeira vítima da conferência de Maastricht. A reação do comissário encarregado do meio ambiente, Carlos Ripa de Meana, foi severa. Na manhã seguinte, ele declarou ao jornal francês *Libération* (10/12/1991): "*Maastricht é uma verdadeira traição em matéria de meio ambiente. Estamos dirigindo-nos a uma Europa de duas marchas em relação ao meio ambiente. Políticas ambientais, seus custos e suas regulamentações vão diferir de acordo com o país. Isto será uma grande brincadeira! Nós estamos pregando,*

<sup>4</sup> Por outro lado, a superioridade deste paradigma baseia-se em um compromisso capital/trabalho mais eficiente. V. Lipietz (1992a e 1992b).

*fazendo sermões sobre as florestas tropicais úmidas, não podemos ir ao Rio com apenas palavras sobre o efeito estufa!*".

A profecia de Ripa de Meana realizou-se plenamente. Em abril de 1992, o Conselho Europeu fracassou novamente em adotar a ecotaxa. Em maio, o Grupo de Negociação Internacional sobre a Convenção Climática adotou um compromisso semi-vazio. Combinado com o fracasso da negociação sobre a biodiversidade, ele fechou qualquer possibilidade para a emergência de uma forte aliança em torno do "fazer algo" no Rio: o eixo Europa-Índia foi quebrado e a Eco-92 transformou-se em um mero conflito Norte/Sul, com um eixo China-Índia-Malásia petrificado em uma posição de "acusação".

Poder-se-ia concluir que a Conferência do Rio e toda a negociação sobre o clima foi um fracasso? Não realmente. De fato, o compromisso foi semi-preenchido e abordou muitas das exigências do Sul e das propostas europeias. Refutando o "eco-colonialismo", ela deu um passo em direção a um real compromisso para o Norte.

- Admitiu-se que apenas as emissões de dióxido de carbono devem ser controladas imediatamente. Ao arroz e às vacas do Sul foi dada uma chance.
- Foi determinado que apenas os países desenvolvidos têm que dar o primeiro passo: retornar, no ano 2000, a um nível "prévio" de emissões<sup>5</sup>.
- A palavra "prévio" foi associada ao ano de 1990 em outro parágrafo.

Esta linguagem sutil (uma obra-prima do ex-vice-secretário geral das Nações Unidas, Jean Ripert) levou os EUA a assinar o documento sem se comprometer realmente, enquanto a Europa proclamava que considerava 1990 como o marco para um programa de redução.

<sup>5</sup> Tecnicamente, os países comprometidos foram aqueles que assinaram a "lista Anexo I".

Em que pé estamos agora? Não é de surpreender que a ecotaxa ainda não tenha sido implementada na União Européia pós-Maastricht, mas as negociações continuam avançando. Face à crise fiscal geral (devido à reunificação da Alemanha e à recessão), os Estados da Europa estão procurando novas fontes de recursos, assim como os EUA. Taxa sobre a gasolina e ecotaxas vêm sendo crescentemente exigidas. Além disso, o relatório elaborado, em dezembro de 1993, por um grupo de economistas liderados por Edmond Malinvaud, propõe a ecotaxa sobre as energias carbônicas como um substituto às taxas de segurança social tributadas sobre o trabalho.

Portanto, em nome do combate ao desemprego através da diminuição dos custos do trabalho, a ecotaxa é reivindicada, enquanto os governos aumentam as taxas sobre a gasolina. Esta implementação da estratégia do "não arrependimento" expressa o saber comum de que, mesmo que não seja o tempo de dar um basta às marés de carros e suas emissões de CO<sub>2</sub>, pode ser uma boa precaução não incentivá-las. Nos termos de Hourcade (1993), o "american way of life" (fordismo) aparece sob uma "legitimação contestável"<sup>6</sup>.

No entanto, a estratégia do não arrependimento, esta forma mais fraca do princípio de precaução, ignora que talvez seja mais tarde do que pensamos.

### Referências bibliográficas

- AGARWAL, A. e NERAIN, S. (1991). *Global Warming in an Unequal World: a Case of Environmental Colonialism*, Center for Science and Environment, New Delhi.
- BANURI, T. (1992). *Decision Making on Sustainable Development in Asia*, Relatório para a UNESCO, Mimeo.

<sup>6</sup> Obviamente uma brincadeira sobre a teoria dos "mercados contestáveis".

- BENHAIM, J., CARON, A. e LEVARLET, F. (1991). "Analyse économique des propositions des acteurs face au problème du CO<sub>2</sub>", *Cahiers du C3E*, Univ. Paris I, Mimeo.
- CAMPOS MELLO, v. de. (1992). *La puissance du faible. Les rapports Nord-Sud dans les négociations Forêt de la CNUED*, Dissertação de Mestrado, Univ. Paris I, mimeo.
- COMMISSARIAT GENERAL DU PLAN (1993). *L'économie face à l'écologie. La Découverte/La Documentation Française*, Paris.
- GAY, J.P. (1984). *Fabuleux maïs: histoire et avenir d'une plante*, AGPM, Paris.
- GODARD, O. (1992). *La réduction des émissions de gaz à effet de serre au moyen de taxes*, OECD, Paris.
- \_\_\_\_\_ (1993). *Stratégies industrielles et convention d'environnement: de l'univers stabilisé aux univers controversés*, *Economie et Statistiques* n° 258-259, Oct. 1992.
- GOLDEMBERG *et al* (1987). *Energy for a Sustainable World*, WRI, Washington.
- GRUBB, M. (1990). *Energy Policies and the Greenhouse Effect*, Royal Institute of International Affairs, Dartmouth.
- HABEEB, W.M. (1988). *Power and Tactics in International Negotiations*, The John Hopkins Press, Baltimore.
- HETCH, S. (1992). *Eco 92 as a negotiation process*. The debates in the Americas Report to UNESCO, mimeo.
- HETCH, S. e COCKBURN, A. (1989a). *The fate of the forest*. Developers, destroyers and defenders of the Amazon, Verso, London-New York.
- HETCH, S. e COCKBURN, A. (1989b). *Defenders of the Amazon*. The Nation, May 22.
- HOURCADE, J.C. (1993). *Les arguments économiques de la négociation internationale autour de l'effet de serre*, in: CGP (1993)
- HOURCADE, J.C. e BARON, R. (1992). *Réduire les émissions de gaz à effet de serre au moyen de permis négociables*, OECD, Paris.
- INTERNATIONAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (1992). *Climate Change: the IPCC Response Strategies*, World Meteorological Organization/UNEP.
- JONAS, H. (1991). *Le principe de responsabilité: une éthique pour la civilisation technologique*, Cerf, Paris.

- LIPIETZ, A. (1992a). *La préparation de la Conférence des Nations Unies sur l'Environnement et le Développement comme processus de négociation*. Relatório para a UNESCO, mimeo.
- LIPIETZ, A. (1992b). *Towards a New Economic Order. Postfordism, Ecology and Democracy*. Polity-Oxford U.P., London-New York.
- LIPIETZ, A. e RADANNE, P. (1993). *Energie: élargir les marges de liberté*, in: CGP (1993)
- MARGLINS.[ ]
- NORDHAUS, W.D. (1990). *Economic Approach to Greenhouse Warming*, présentation to the Conférence Economic Policy Response to Global Warming, Rome, 4-6 Octobre.
- PORTER, G. e BROWN, J.W. (1991). *Global Environmental Politics*, Boulder, Westview Press.
- RAWLS, J. (1971). *A theory of Justice*.
- ROQUEPLO, P. (1993). *Climats sous surveillance*. Limites et conditions de l'expertise scientifique, Economica, Paris.
- STOFFAES, C. (1993). "Energie nucléaire, économie, écologie" in CGP [1993]
- WORLD RESOURCES INSTITUTE (1990). *World Resources 1990-1991: a Guide to the Global Environment*, Oxford U.P., Oxford.